

EAPN Portugal / Rede Europeia Anti Pobreza
Observatório de Luta Contra a Pobreza
na Cidade de Lisboa

2º Encontro do Observatório
2014
Pobreza Infantil

23 Maio, Biblioteca Camões
Largo do Calhariz, n.17, Lisboa



Uma iniciativa:



Com apoio:



Encontros do Observatório
Pobreza Infantil, 23 Maio 2014

1. Contextualização

O Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa definiu como prioridade temática para 2014 a Pobreza Infantil, problema que, pela sua visibilidade, intensidade, extensão e persistência, tem suscitado forte preocupação ao nível europeu, tendo mesmo sido declarada uma prioridade da União Europeia no âmbito da Estratégia *Europa 2020* bem como entre o vasto leque de pessoas e organizações que promovem a luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa.

Se os dados disponíveis, referentes a 2011, continuavam a indicar que eram as crianças e os jovens o grupo que apresentava o maior risco de vulnerabilidade face à Pobreza no conjunto da população, os dados divulgados no passado dia 24 de Março, referentes a 2012, ainda que provisórios (resultado do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - EU-SILC), voltam não só a demonstrar esta tendência, como o seu agravamento.

Tendo a Taxa de Risco de Pobreza após transferências sociais em Portugal aumentado em 2012 para 18,7%, mais 0,8 p.p. que em 2011 (17,9%), foi na faixa etária dos 0-17 anos que este crescimento registou um aumento superior, 2,6 p.p. face ao ano anterior e mais 5,7 p.p. face ao total da população.

Aliados a estes números surgem os indicadores relativos ao risco de pobreza por composição do agregado familiar, indicando claramente que a presença de crianças nos agregados familiares aumenta consideravelmente o risco de Pobreza.

Em 2011, a taxa de risco de Pobreza para uma família com crianças dependentes a cargo (20,5%) era 5,3 p.p. superior ao de um agregado familiar sem crianças (15,2%). Passado um ano esta diferença intensifica-se sendo a taxa de risco de Pobreza para famílias com menores a cargo de 22,2%, mais 7,2 p.p. que os agregados sem dependentes.

Esta diferença ainda é mais visível quanto maior é o número de crianças no agregado familiar, sendo nas famílias com maior número de crianças (três ou mais) que a taxa de Pobreza, junto daqueles que têm crianças, tem maior incidência, registando-se nestas famílias uma taxa de risco de Pobreza 2,5 vezes superior (40,4%) às famílias com dois adultos e uma criança (16,0%).

No que se refere às famílias monoparentais, o risco de Pobreza é igualmente preocupante sendo em 2012 11,4 p.p. acima do total das famílias com crianças dependentes tendo registado um aumento de 2,9 p.p. em comparação com 2011.

Vários outros indicadores poderiam ser referidos, mas estes são suficientes para realçar a dimensão, intensidade e a persistência, com tendência de agravamento, da Pobreza infantil, justificando a premência e pertinência do seu estudo ao nível do País, mas também ao nível local.

Sendo assim, o Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa pretende através dos Encontros do Observatório dinamizar a discussão sobre a Pobreza infantil em Lisboa com o intuito de aprofundar o seu conhecimento e encontrar pistas de orientação para uma actuação futura.

2. O enfoque em Lisboa, constrangimentos

O aprofundamento do conhecimento sobre a pobreza infantil em Lisboa e formas de a combater enfrenta diversos obstáculos que urge ultrapassar. Uns referentes à informação disponível, outros à identificação e tipificação de iniciativas relevantes que se desenvolvem na cidade (em grande número e promovidas por um vasto leque de entidades) e, por fim, outros ainda que remetem para mecanismos de reflexão, debate e acção articulada e transversal no domínio do combate à Pobreza.

Em **primeiro lugar**, a dispersão a que estão sujeitos os dados disponíveis, um obstáculo comum a muita informação, é particularmente relevante quando falamos de problemas multidimensionais como o da Pobreza. De facto, sectores como a educação, justiça, saúde, habitação, acção social, fundamentais para conhecer e monitorizar a Pobreza infantil, possuem informação relevante mas sectorializada, dispersa por ministérios e seus departamentos, autarquias e seus serviços, entidades e comissões, sendo de difícil acesso e sistematização.

Em **segundo lugar**, o facto de os indicadores utilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), e que alimentam o sistema europeu (EUROSTAT), serem apurados com base na aplicação de inquéritos por amostra representativa que não é suficientemente fina para abranger os municípios, ficando-se pelo nível nacional ou regional. Desta forma, dados fundamentais como a taxa de risco de Pobreza e de Exclusão Social, são indicadores desconhecidos na cidade de Lisboa em qualquer escalão etário, incluindo entre as crianças e jovens. Acresce que, quando se fala de Pobreza infantil assume-se como unidade de observação a criança ou jovem, mas a unidade de medida é o seu agregado familiar, pelo que os dados referentes a esses agregados são incontornáveis na caracterização da Pobreza infantil e vários deles, referentes aos rendimentos e ao Emprego, não se encontram disponíveis ao nível concelhio sendo estimados anualmente pelo INE através do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) e do Inquérito ao Emprego a nível regional ou nacional.

Em **terceiro lugar**, as acções dirigidas a crianças e jovens são muitas das vezes direccionadas para as consequências mais do que causas da Pobreza, remetendo para acções de carácter paliativo e de emergência, as quais, se bem que necessárias e incontornáveis, não atacam directamente as causas do problema, não o corrigindo nem prevenindo. Esta constatação não deve fazer diminuir a importância das medidas de efeito mais imediato até porque, para além da necessidade que as justifica no curto prazo, podem também contribuir para efeitos de médio e longo prazo (por exemplo, a alimentação de uma criança assegura-lhe uma necessidade imediata mas pode também contribuir para melhoria do seu desempenho escolar, das suas condições de saúde futuras, etc.). No entanto, a pressão exercida pela necessidade de resposta urgente faz com que por vezes se perca com aparente facilidade a perspectiva de médio e longo prazo necessária à erradicação da Pobreza. A tipificação das intervenções revela-se ainda mais complexa no caso de um território, como Lisboa, onde o número de entidades e projectos é muito elevado reclamando muitos deles uma intervenção directa ou indirecta na área da luta contra a Pobreza infantil.

Em **quarto lugar**, a insuficiência de fóruns locais, com funcionamento efectivo e regular, que reúnam os actores mais envolvidos na luta contra a Pobreza infantil, organizações e pessoas, entidades públicas e privadas, em espaços de reflexão e debate, decisão e acção, responsabilização e prestação de contas, que permitam a avaliação dos processos e a programação estratégica das intervenções de modo a potenciar as suas condições de sucesso.

Em **quinto lugar**, a dificuldade em incorporar nas políticas sectoriais medidas de luta contra a Pobreza infantil, de forma explícita e controlada (consciente), coerentemente articuladas, de modo a assegurar a necessária transversalidade sectorial que a erradicação da Pobreza infantil (ou qualquer outro tipo de Pobreza) requer.

Em **sexto lugar**, ações de curto prazo, de efeitos imediatos, parecem muitas das vezes desarticuladas com outras de médio e longo prazo, de efeitos geracionais. Esta situação, como a falta de transversalidade referida no ponto anterior, são em boa parte facilitadas pela inexistência de uma estratégia nacional e local de luta contra a Pobreza e a Exclusão Social que dê coerência às diversas intervenções, reforçando a eficácia e eficiência das ações constituindo-se como referencial para os processos de acompanhamento e avaliação.

3. Encontros do Observatório

Os Encontros do Observatório visam promover a discussão e o debate com diversos actores da cidade de Lisboa numa lógica participada e interdisciplinar, de forma a conhecer melhor a realidade e os desafios actuais e futuros, reunindo contributos que permitam qualificar e avaliar a informação existente de modo a permitir delinear recomendações sobre linhas de orientação no âmbito do combate à Pobreza e Exclusão Social.

Em 2014 os Encontros do Observatório centram-se sobre a Pobreza Infantil com a finalidade de conhecer melhor esta realidade na cidade de Lisboa.

Através da discussão desta temática com vários actores sociais (investigadores, organizações, entidades e pessoas em situação de pobreza) em vários encontros distintos, pretendemos conhecer o tema na sua plenitude e nas suas várias perspectivas.

Como tem sido habitual nos Encontros do Observatório pretendemos reunir um pequeno número de participantes num espaço informal, de modo a facilitar a troca de conhecimentos, o debate e a reflexão.

Neste sentido, o primeiro encontro sobre Pobreza Infantil, realizado no dia 03 de Abril, juntou vários investigadores que transmitiram a sua percepção sobre algumas das questões colocadas como ponto de partida da discussão.

Os resultados desta partilha de ideias podem ser consultados no documento que enviamos em anexo.

Neste segundo encontro dirigido a instituições e projectos que desenvolvem trabalho junto de crianças e jovens da cidade de Lisboa, pretendemos ouvir outros pontos de vista que permitam complementar o conhecimento sobre o tema em questão.

Até ao momento contamos com a presença de vários projectos e instituições, nomeadamente:

- Câmara Municipal de Lisboa – Departamento de Educação
- ISS/Centro Distrital de Lisboa - Núcleo de Infância e Juventude
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Equipas de Apoio à Família
- Fundação Calouste Gulbenkian/Programa Desenvolvimento Humano
- Fundação Benfica/Projecto “Para ti se não faltares”
- Casa Pia de Lisboa
- Instituto de Apoio à Criança/Projecto Rua
- CPCJ Lisboa Ocidental
- CPCJ Lisboa Norte
- CPCJ Lisboa Centro
- Associação Jovens Seguros/Projecto Escolhas “IntendArte”
- Fundação São João de Deus/Projecto Escolhas “Sementes a Crescer”
- Associação Raízes/Projecto Escolhas “Entrelaços”
- Junta de Freguesia Parque das Nações
- Junta de Freguesia de Alcântara
- Junta de Freguesia da Estrela
- Junta de Freguesia de Campolide

4. Questões de orientação da reflexão

Avançamos com algumas perguntas que servirão de ponto de partida para a reflexão:

- ▶ **A insuficiência de dados é um dos desafios principais no conhecimento da Pobreza Infantil. Neste sentido, para onde deveremos olhar quando falamos de Pobreza Infantil em Lisboa? Quais são os indicadores, fontes, e metodologias que permitirão conhecer a Pobreza Infantil na cidade tendo em conta que a informação produzida ao nível do concelho é insuficiente ou inexistente?**

- ▶ **O que distingue a cidade de Lisboa do restante território? Há especificidades que podem levar a distinguir as causas e manifestação da Pobreza Infantil em Lisboa?**

- ▶ **Como se manifestam a crise e as medidas de austeridade na Pobreza Infantil, no que se refere à sua extensão, intensidade e características na cidade de Lisboa? Que potencialidades e vulnerabilidades específicas marcam este território?**

- ▶ **Em Lisboa, o foco da intervenção na prevenção e combate à Pobreza Infantil deverá incidir em alguma área específica com maior relevância na cidade (educação - formal e/ou não formal, educação parental, saúde, habitação, rendimento, institucionalização), nomeadamente, em alguma resposta em particular ou em algum grupo etário especialmente vulnerável?**

- ▶ **Quais são as lacunas que identifica relativamente à intervenção na área das crianças e jovens na cidade de Lisboa e quais as “boas práticas” que identifica?**

- ▶ **Como avalia o desenho dos projectos existentes (forma de actuação, duração da intervenção, parcerias, sustentabilidade) no que respeita ao efectivo combate à pobreza infantil?**

- ▶ **As respostas existentes na cidade de Lisboa na área da infância e juventude, destinadas às crianças e jovens que se encontram em risco e/ou em situação de pobreza, seja por parte das instituições seja por parte dos projectos que actuam na cidade de Lisboa, respondem à articulação necessária que o tema exige?**

- ▶ **Sendo certo que as respostas de nível nacional são decisivas, haverá iniciativas de âmbito municipal / local que poderão ou deverão ser implementadas ou reforçadas?**